



MA

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO**

**ACTA Nº. 25/98**

**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO**

*Aos dois dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião extraordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:*

**PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES**

**VEREADORES: FERNANDO CARLOS GAMITO GODINHO CARDITA  
HONORINA MARIA PEREIRA SILVESTRE DE LIMA LUIZI  
JOÃO MANUEL MONTEIRO SERRÃO HENRIQUES  
JACINTA MARIA PENICHE RICARDO  
MIGUEL JOSÉ TAVARES CARDOSO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA**

*Às vinte e uma horas e vinte e oito minutos com a presença do Director do Departamento Administrativo e Financeiro, Doutor José António Monteiro da Cunha, a senhora Presidente assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.*

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

**ORDEM DO DIA**

**I - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

***1 - PROPOSTA Nº. 730/98 - APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1999 - Presente o Plano de Actividades e Orçamento***



para o ano económico de 1999, documento que se encontra em anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido. Assim: Considerando o disposto no artigo 51º, nº 2 alínea a) do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, **propõe-se: 1 -** Que o Executivo Municipal delibere aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1999; **2 -** Que de harmonia com o artigo 39º, nº 2, alínea b) do referido diploma legal seja o mesmo documento submetido à Próxima Assembleia Municipal com vista à sua ulterior aprovação. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada por quatro votos a favor do **Partido Socialista** dois votos contra da **Coligação Democrática Unitária** e uma abstenção do **Partido Social Democrata**.-----

Pela **Senhora Presidente** e **Senhores Vereadores do Partido Socialista** foi apresentada uma declaração cujo teor a seguir se transcreve: "**Introdução: O Plano de Actividades e Orçamento para 1999** que acabámos de votar e aprovar são dois instrumentos que reflectem com realismo e rigor os objectivos que nos propomos concretizar durante o próximo ano. Efectivamente, partindo dum conjunto de acções já em curso e de novas acções a iniciar **o Plano de Actividades** espelha-as e quantifica-as através da sua enumeração e o Orçamento contém a correspondente dotação. **Das despesas** - Ao proceder à comparação entre as despesas previstas no orçamento de 1998 e as que se prevêem para 1999 constatamos que em relação às **despesas correntes** existe um ligeiro aumento da ordem de 159.807 contos (6%) (2.701.584 contos em 1998; 2.861.391 contos para 1999). No que concerne às **despesas de capital** (3.670.632 contos em 1998; 4.018.609 previstas para 1999, 347.977 contos. Temos assim previsto um aumento das despesas de cerca de 8% em relação ao previsto para 1998. Contudo importa salientar que 347.977 contos são **despesas de capital** que significa um esforço no investimento, nas transferências para as Freguesias e Serviços Municipalizados. **Das Receitas** - As **receitas correntes** apresentam um aumento previsível de 3% (3.491.409 contos em 1998; 3.590.196 para 1999) contribuindo para este aumento nos impostos directos a contribuição autárquica urbana com 32% de aumento e o imposto municipal de sisa com 23%. As **receitas de capital** têm um aumento de 14% em relação ao ano anterior contribuindo para este aumento a venda de bens de investimento. No Plano de Actividades os aumentos mais significativos concentram-se na Educação Pré-Escolar com 62% de aumento na Cultura, Desporto e Tempos Livres com 31% na Acção Social com 54% na Habitação e Urbanismo com 28% nas Comunicações e Transportes com 53%. Por outro



AA

Liv.6  
Fls.243

lado, a gestão financeira da autarquia ao longo do corrente ano tem-se pautado por um rigoroso controlo das **despesas correntes** e pelo cumprimento dos compromissos assumidos com fornecedores, empreiteiros e instituições. De realçar ainda que não foi necessário recorrer, como em anos anteriores, ao crédito bancário para fazer face às despesas correntes. A Câmara de Montijo é hoje uma pessoa de bem. Por tudo isto, é possível encarar com optimismo uma elevada execução do Plano e Orçamento aprovados".-----

## **II - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO**

**2 - PROPOSTA Nº 731/98 - APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ORÇAMENTO FINANCEIRO - DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS PARA O ANO DE 1999** - Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 17 de Novembro de 1998, titulada pela proposta nº 180/98, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Luizi).-----

**Deliberação:** Aprovada por quatro votos a favor do **Partido Socialista**, dois votos contra da **Coligação Democrática Unitária** e uma abstenção do **Partido Social Democrata**.-----

Pelos **Senhores Vereadores da Coligação Democrática Unitária** foram apresentados dois documentos referentes às propostas nºs. 730/98 e 731/98, cujo teor a seguir se transcreve: "**INTRODUÇÃO:** Entendemos que houve uma clara marginalização do papel que cabe aos Vereadores da CDU, que apesar de não lhes terem sido atribuídos pelouros, fazem parte do Órgão Câmara - colegial por natureza. Foram-nos solicitadas propostas em tempo manifestamente insuficiente e sem todos os instrumentos adicionais que nos permitissem encarar com o máximo de seriedade a discussão do Orçamento e Plano de Actividades, em conjunto com os nossos eleitos na Assembleia Municipal. Referimo-nos a documentos como: - Do Departamento de Gestão de Recursos Humanos - avençados, contratos a termo certo. - Valores de terrenos do património camarário. - Valor de venda do património habitacional. - Loteamentos - taxas de urbanização para 1999. Neste quadro e a manterem-se estas limitações, anexamos uma breve análise ao orçamento, assim como a seriação de algumas acções que entendemos deverem constar no Plano de Actividades para 1999. **EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1998/PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 1999 - Receitas Correntes.** Nas receitas correntes havia uma previsão de 3.491.000 contos, até Outubro/98 foram realizados 1.952.000 contos. Como é que é justificável que apenas faltando dois meses para o final do ano e seguindo o raciocínio



da projecção das receitas até final do ano, os valores contidos no orçamento para 1999 totalizem 3.590.000 contos. **Imposto Extraordinário** - Esta rubrica aparece na proposta de orçamento para 1999, como uma verba de 100.000 contos. Precisamos saber qual é a garantia que temos de vir a receber esta verba. A rubrica **lixos** apresenta um valor proposto de 17.000 contos - pretendemos saber se se trata de uma nova taxa. Precisamos saber qual a razão objectiva do aumento da **Contribuição Autárquica** de 264.000 contos em 1998 para 350.000 contos para 1999. Em relação à **Sisa**, cuja previsão em 1998 era de 576.000 contos, estão propostos 711.000 contos. **Loteamentos e obras** têm uma previsão de 1.014.000 contos. Necessitamos de ter o mapa anexo com relação dos loteamentos a que essa previsão diz respeito, qual o ponto de situação e qual o valor previsto para o pagamento desses loteamentos, um a um. Em relação às **receitas provenientes do Fundo Social Europeu**, prevê-se 204.300 contos. Pretendemos ter a listagem das obras ou acções a que se destinam, qual o valor da participação do Estado e qual o valor da participação da Câmara. As **receitas provenientes de instalações desportivas e de recreio** atingiram até Outubro 98, 4.800 contos como se explica no orçamento para 1999 a previsão de 30.000 contos de receitas nesta rubrica. **Receitas de Capital**. O valor em orçamento de 1998 na **Venda de Terrenos** foi, por imposição dos Vereadores do Partido Socialista, de 500.000 contos. O orçamento para 1999 contempla uma verba de 950.000 contos. Pretendemos ter a listagem dos terrenos incluídos nesta rubrica e os seus valores de venda previstos. (Agora já é **boa política** alienar todo o património?). Em relação aos **Contratos-Programa**, em 1998 a previsão de receita era de 749.000 contos, até ao momento só foram executados 33.000 contos, o que prova que, apesar dos financiamentos estarem garantidos, o Partido Socialista foi incapaz de executar as obras previstas. É necessário que nos seja entregue, aliás como era hábito, uma lista das obras com Contrato-Programa, incluindo o valor global, a participação do Estado e a participação da Câmara. Relativamente ao **QCA**, o orçamento para 1998 contemplava 976.000 cts, dos quais só foram realizados até ao momento 212.000 cts. Verifica-se mais uma vez que apesar dos financiamentos garantidos, o Executivo do Partido Socialista não executou as obras previstas. Este orçamento para 1999 inclui uma verba de 975.000 cts. Pretendemos ter uma listagem das obras nele incluídas, qual a participação do Estado e qual a participação do Município. Resumindo, a previsão de 1998 para as Receitas de Capital era de 2.880.000 cts, até ao momento foram executados 830.000 cts, o orçamento



ACA

Liv. 6  
Fls. 244

previsto para 1999 contempla uma Receita de Capital de 3.289.000 cts. Ainda em relação ao orçamento para 1999, e tendo em conta tudo o que foi dito pelo Partido Socialista em relação ao orçamento de 1998, "onde considerava impossível concretização dos impostos indirectos referentes a loteamentos e obras, imposto extraordinário e venda de terrenos", prometendo desde logo que o novo Executivo adequaria o orçamento de 1998 aos seus objectivos, constatamos que não só não o adequou, não foi capaz de utilizar os financiamentos que estavam garantidos, com a agravante de passar de um orçamento de 6.372.000 cts em 1998 para 6.880.000 cts para 1999. **Despesas:** Em relação às **Despesas com pessoal**, pretendemos a relação do pessoal com contrato a termo certo (em 1998 eram 31.950 cts, em 1999 passou para 61.660 cts). Na rubrica **Outros** (em 1998 tinha previsto 12.920 cts, em 1999 tem 22.820 cts). Pretendemos também a listagem do pessoal aqui incluído. **Trabalho Extraordinário**, em 1998, por imposição da Vereação PS, o orçamento tinha 41.000 cts, em 1999 prevê um gasto de 53.000 cts. Em relação ao orçamento total para **Pessoal**, pretendemos saber qual é a percentagem de aumento considerada para os trabalhadores e qual a percentagem para a progressão nas carreiras. Na rubrica **Bens não Duradouros - Outros**, cujo valor no orçamento para 1999 é de 162.703 cts, pretendemos saber o que está incluído nesta rubrica. Como pretendemos também saber, na rubrica **Aquisição de Serviços**, a relação do pessoal com as respectivas funções, incluído na rubrica **Estudos e Consultadorias** 51.403 cts, assim como também na rubrica **Outros** - orçamento para 1999, 337.307 cts. A rubrica referente a **Seguros com Pessoal** aumentou de 1.127 cts em 1998 para 3.715 cts em 1999. Gostaríamos de saber a que se deve este aumento e quais são as Seguradoras. Pretendemos ainda saber a que se refere, na rubrica **Transferências Correntes**, as **Transferências para particulares** no valor de 113.186 cts. Estranhámos também que o aumento atribuído nas **transferências para as Juntas de Freguesia** se situe apenas em cerca de 6%. **Activos Financeiros - Subscrição e Aquisição de Títulos de Participação** - 2.000 cts, a que se refere isto. De sublinhar o fraco investimento previsto no **Saneamento e Abastecimento de Águas**, que reduz dos 843.000 cts de 1998, para os previstos 528.000 cts para 1999. **PLANO DE ACTIVIDADES - Ensino** - Reactivação do refeitório da Escola Básica nº 4 - Montijo - Afonsoeiro; - Construção do Edifício da EPM - 1ª fase na Quinta do Saldanha; - Estudo da implementação do ensino superior e/ou politécnico; **Cultura / Desporto / Tempos Livres** - Comemorações do 25º Aniversário do 25 de Abril; Estudo e



implementação - 1ª fase do Museu da Cortiça; - Recuperação do Fontanário de Pegões; - Recuperação do Moinho de Maré do Cais; Implementação da 1ª fase do Projecto de Recuperação da Zona Ribeirinha; - Construção do Polidesportivo do Bairro da Boa Esperança; - Construção do Polidesportivo de Foros do Trapo; - Construção dos balneários no Polidesportivo de Sarilhos Grandes. **Habitação e Urbanismo** - Conclusão do Programa PER (101 fogos); - Plano Estratégico da Cidade; - Plano de Salvaguarda da Zona a Preservar no Montijo; Circular Externa de Montijo; Legalização de todos os Bairros Clandestinos. **Saneamento e Salubridade** - Reforço da verba e das obras que consigam responder às exigências da CEE. **Higiene Pública** - Construção do Canil/Gatil Municipal. **Cemitérios** - Ampliação do Cemitério da Canha. **Desenvolvimento Económico** - Em relação à Rede de Águas, a grande maioria das obras incluídas no PPI dos SMAS, só têm financiamento a partir do ano 2000, o que significa que só entram no próximo QCA. Implantação do Parque Industrial de Pegões. **Comunicações e Transportes** - Conclusão da Zona Envolvente à Igreja de Sarilhos Grandes (reforço da verba pois consideramos que a verba que está em Plano é insuficiente para completar a obra). Alteração do projecto de construção da estrada alternativa à Rua José Joaquim Marques, com saída à SOPAC. Reabilitação da Estrada da Boa Vista em Canha; - Pavimentação da Rua Sérgio em Santo Isidro; - Pavimentação da Estrada de ligação das Faias à Zona E (4 Casais); - Projecto da rede viária, sistema de ligação dos núcleos urbanos; - Construção da Estrada de ligação das Faias às Figueiras; - Construção da 2ª fase da Rua da Agricultura na Lançada; - Construção da ligação da Estrada do Cemitério ao Bairro Novo, em Sarilhos Grandes; - Construção da Estrada de ligação entre os Afonsos e as Craveiras; - Semaforização do cruzamento dos Afonsos com a EN 4; - Construção da 1ª fase dos arruamentos da Cova da Loba; - Construção da 2ª fase dos arruamentos do Bairro da Boa Esperança. **Jardins e Arborização** - Conclusão do projecto de ajardinamento do Borralhal. Exigir do Governo as medidas compensatórias dos impactes negativos da Ponte Vasco da Gama. A senhora Presidente falou como deveria ser na sua opinião, no futuro os órgãos Municipais. Mas, a legislação de hoje diz que é um órgão colegial e define também quais são os deveres dos Vereadores. Estamos apenas aqui a cumprir o mandato que temos, e a fazer propostas para o PAO/99 - não nos cabendo a nós definir prioridades - mas sim insistir na medida do possível, nas propostas que gostaríamos de ver integradas e discutidas para o PAO/99. O que estivemos a fazer aqui hoje e agarrando no que a Senhora Presidente



*disse várias vezes na reunião - pode-se fazer a seguinte leitura: nós estamos cá apenas para votar e fazer de "corpo presente" - porque todo o PAO/99 já estava definido pela maioria - pois os restantes vereadores apenas representam uma percentagem de Municipais e não tem que meter o "bedelho" no PAO/99. Por tudo o que acabamos de dizer, o nosso voto não pode deixar de ser contra este Plano de Actividades e Orçamento".-----  
Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo. E não havendo mais nada a tratar foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e quatro horas e vinte e seis minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----  
E eu, Frei António H. da Cunha Director do Departamento Administrativo e Financeiro a mandei escrever, subscrevo e assino.-----*

*A Presidente da Câmara*

*Maria Amélia Antunes*

*Dr.ª Maria Amélia Antunes*